

7601

(190)

10

2

Ministro da Justiça vai visitar o município de Novo Progresso

BRASÍLIA (Sucursal) - O ministro da Justiça Nelson Jobim espera, antes de deixar a pasta, ir ao município de Novo Progresso, no Pará, a fim de colher *in loco* informações para que possa exarar o despacho com que pretende pôr fim à questão da Reserva Indígena do "Baú", localizada no município. É uma região em permanente conflito entre índios e não índios, temendo-se até a repetição dos lamentáveis acontecimentos de Eldorado de Carajás.

Nelson Jobim deve ir para o Supremo Tribunal Federal (STF), na vaga do ministro Francisco Rezek, que vai para a Corte Internacional de Haia, porém, antes quer despachar, com base no contraditório, o recurso do prefeito de Novo Progresso, que não se conforma com que a decisão da Funai em aumentar a Reserva Indígena do "Baú" para 850 mil hectares.

A população não índia ficou atemorizada com as ameaças dos indígenas em querer as terras. O LIBERAL ocupou-se do assunto com uma reportagem publicada no dia 13 deste mês, que alcançou grande repercussão, tendo sido transcrita nos anais da Câmara por requerimento do deputado Asdrubal Bentes (PMDB/PA). Em seu discurso, Asdrubal Bentes, conhecedor da questão fundiária no Estado, tendo até o ano passado exercido a direção do Getat, criticou a Funai.

O administrador da Funai em Belém, Mário Ferreira filho, mostrou-se "surpreso" com a declaração de Asdrubal Bentes, declarando que o deputado "repete equívocos, verdades e desconhecimentos das leis do País" e que também "faltou à verdade", porque "dentro da área delimitada para os índios não existe trabalhador rural, mas mineradores

e fazendas interessadas declaradamente em impedir os direitos aos índios Kaiapós às terras que historicamente lhes pertencem". O deputado Asdrubal Bentes, que se encontra em Carajás, disse que dará uma resposta à Funai quando voltar à Brasília, na próxima semana.

De Salvador, o jornalista Roberto Gueudeville, autor das reportagens publicadas em O LIBERAL sobre a Amazônia, mandou o seguinte:

"As privatizações, em 97, vão proporcionar ao governo uma soma respeitável de R\$ 13 bilhões, aproximadamente, computando apenas a Vale do Rio Doce e a chamada "Banda B" da telefonia celular. A seguir, a "Banda A", referente às telas, captará outro montante respeitável. Há, entretanto, uma notícia não alvissareira, gerada pela "Banda F", pouco conhecida da sociedade brasileira, que está proporcionando o maior esbulho que o Estado do Pará já sofreu em toda sua longa história: a perda, por invasão arbitrária do governo federal, de seis milhões de hectares de sua parte mais rica, na bacia do Xingu.

A autora da nefasta brincadeira é a "Banda F" da Funai, Fundação Nacional do Índio, filha bastarda do Serviço de Proteção aos Índios.

"O processo começou, com a visita do abusado roqueiro inglês Sting, que as tornou "apaixonado" pelos índios do Xingu, em vez de se preocupar com os mendigos de Londres e as altas taxas de desemprego em seu país, além das fofocas sexuais no seio da família de Sua Majestade Real. O cantor apresentou ao governo Sarney (e Collor) um projeto de unificação de todos os subgrupos Kaiapó incluindo o Parque do Xingu, somando mais de 13 milhões de hectares para cinco mil índios, imediatamente

aprovado pelas autoridades brasileiras. A Funai legou o mapa do Brasil e traçou a grande reserva da "Nação Kaiapó". Aos brasileiros menos avisados isso constitui uma ação integrada na oitava tentativa dos países mais desenvolvidos (G-7) no processo de internacionalização da Amazônia, tão sutil e ingénua quanto uma criança índia brincando de arco e flecha, na floresta. A maior parte da área já foi demarcada, mas a bomba estourou no que toca à reserva do "Baú", afluente do rio Curuá do Xingu, nas proximidades da rodovia Cuiabá-Santarém, onde já existem cinco mil posseiros, instalados em áreas não indígenas, mas, hoje, atingidos ilegalmente pela ação irresponsável da Funai. Índios e brancos estão se armado. Já houve invasão e saque de uma fazenda de gaúchos em que os Kaiapós mataram dois peões, retalhados a facão, e roubaram equipamentos agrícolas.

"Dia 10 de julho de 1996 o ministro Jobim não aceitou as justificativas antropológicas da Funai. O órgão criou mais um grupo de trabalho, dessa vez com uma antropóloga da Universidade Federal do Pará, Eneida Correa de Assis, chefiando, um engenheiro do Iterpa e dois servidores da Funai. Seu relatório conclusivo, como se previa, resultou em nada. O ministro não aceitou mais uma vez. A Funai tinha prazo para concluir os trabalhos dia 8 de outubro de 1996. Não cumpriu. Seu presidente, Júlio Gaiger, que recebeu um "presente de grego" do ministro Jobim, está mais perdido que barata tonta, na solução para o "Baú". Ninguém toma seis milhões de hectares de um Estado como o Pará, o maior PIB amazônico, sem se dar satisfações à sociedade como um todo?"